



Handwritten signature in blue ink.

Junta de Freguesia

S. Jorge da Beira

ACTA NUMERO 59/2017

Aos doze dias do mês de Julho do ano dois mil e dezassete, pelas 15h00, observado o estipulado no nº2 do Artº20º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, reuniu ordinariamente, na sala de reuniões, a Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira, sob a Presidência do Senhor José da Trindade Branco, Presidente da Junta de Freguesia e dos Senhores Horácio Gonçalves Gaspar e Júlia Narcisa Camba, Tesoureiro e Secretária da mesma Junta de Freguesia, respetivamente.

Foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente com a seguinte ordem de trabalhos.

Ordem de trabalhos:

- 1. Informação sobre a actividade desenvolvida**
- 2. Discriminação dos trabalhos efectuados pelo pessoal**
- 3. Autorização de pagamentos**
- 4. Sessão de esclarecimento e rastreio sobre diabetes**
- 5. Rastreio sobre colesterol, diabetes e acido úrico**
- 6. Atribuição de trofeus**
- 7. Visita de estudo**
- 8. Viagens a Constança do Ribatejo**
- 9. Análise de águas**
- 10. Cedência de Antigas Escolas**
- 11. Cedência de máquina de filmar**

1. Informação sobre a actividade desenvolvida

- Presença da Junta de Freguesia no dia 17 de Junho do ano 2017, na Sessão Solene que se realizou nos Paços do Concelho , comemorativa do 82 .º aniversário da INATEL
- Presença da Junta de Freguesia no dia 29 de Junho do ano 2017 na cerimonia de abertura da 3.º s jogos de Portugal do Special Olympics

2. Discriminação de trabalhos efectuados pelo pessoal

SERVIÇOS FEITOS PELOS FUNCIONÁRIOS DA JUNTA DE FREGUESIA

Do dia 15 de Junho a 12 de Julho foi feita a recolha do lixo nos dias previstos em S. Jorge da Beira e anexas, assim como manter limpas as casas de banho públicas.

Como é tradição antes das festas populares, é feito o corte de ervas e limpezas nas povoações onde vão decorrer as festas , já foi feita toda a limpeza possível na Panasqueira, nos Cambões e S- Jorge da Beira.

3. Autorização de pagamentos

- A Junta de Freguesia tomou conhecimento dos pagamentos genéricos efectuados e constantes da relação que se anexa e que totaliza a importância de 4 255,52 euros .
- A Junta de Freguesia deliberou por unanimidade, ratificar os pagamentos da relação que se anexa e que totaliza a importância de 3 168,60 euros .

4. Sessão de esclarecimento e rastreio sobre diabetes

O Presidente da Junta de Freguesia , informou o Executivo que cedeu as instalações da Junta de Freguesia e marcou para o dia 2 de Julho do ano 2017 uma sessão de esclarecimento e rastreio diabetes com especialistas da saúde com a colaboração da Associação de Diabetes da Serra da Estrela.

A Junta de Freguesia tomou conhecimento.

5. Rastreio sobre colesterol, diabetes e acido úrico

- O Presidente da Junta de Freguesia, informou o Executivo que cedeu as instalações da Junta de Freguesia e marcou para o dia 14 de Julho um rastreio através de drenagem linfática a :

- Colesterol
- Diabetes
- Acido úrico

A Junta de Freguesia tomou conhecimento



6. Atribuição de troféus

O Presidente da Junta de Freguesia informou o Executivo que mandou adquirir 3 troféus para serem atribuídos durante o torneio de futebol que se vai realizar na nossa Freguesia no decorrer das festas realizadas nos dias 14,15,16 e 17 de Julho em Honra da N.^a Sr.^a das Dores.

O Executivo, deliberou por unanimidade, assumir os custos dos troféus.

7. Visita de estudo

Em autocarro cedido pela Câmara Municipal e solicitado pela Junta de Freguesia, deslocaram-se a Lisboa e ao Jardim Zoológico os alunos do Jardim de Infância e da Escola Básica de S. Jorge da Beira no passado dia 20 de Junho de 2017.

A Junta de Freguesia, deliberou, ainda por unanimidade, assumir os custos com as entradas no Jardim Zoológico de todos os alunos e professores do nosso Jardim de Infância e Escola Básica.

Foi ainda deliberado assumir os custos com o transporte das nossas crianças a uma sessão de cinema na povoação da Barroca Grande no dia 23/06/2017

8. Viagem a Constança do Ribatejo

- Em autocarro cedido pela Câmara Municipal e solicitado pela Junta de Freguesia, deslocaram-se à Constança do Ribatejo no passado dia 28 de Junho, todas as crianças que frequentaram a catequese na nossa Freguesia.

9. Análise de águas

- Foi solicitado ao Laboratório LRTM sediado no complexo industrial do Cachão que efectue as análises bacteriológicas das águas dos fontanários da Freguesia e que não são abastecidos pelas águas fornecidas pela ADC

10. Cessão de Antigas escolas

A Junta de Freguesia, deliberou por unanimidade, ceder em termos de comodato às povoações do Casal de Santa Terezinha e do Vale da Cerdeira, as suas antigas escolas primárias, para serem utilizadas para apoio a festas ou outros eventos com a obrigatoriedade de que seja cumprido todo o clausulado do Protocolo assinado entre a Câmara Municipal da Covilhã e a Junta de Freguesia em 29/05/2017 e que a seguir se transcreve :



Câmara Municipal da Covilhã

**PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES
À FREGUESIA DE S. JORGE DA BEIRA**

[Handwritten signatures in blue ink]

PRIMEIRO OUTORGANTE:

MUNICÍPIO DA COVILHÃ, pessoa coletiva de direito público, com o número 505.330.768 de identificação, com sede na Praça do Município, na Covilhã, aqui representado por **VÍTOR MANUEL PINHEIRO PEREIRA**, que aqui outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, nos termos conjugados das alíneas a) do n.º 1 e f) do n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adiante designado por Município da Covilhã ou primeiro outorgante.

SEGUNDO OUTORGANTE:

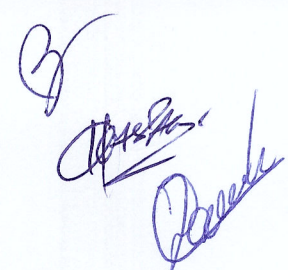
FREGUESIA DE S. JORGE DA BEIRA, pessoa coletiva de direito privado, com o número 507.217.462 de identificação, com sede na Rua Direita, 6225-267 Minas da Panasqueira, aqui representada por **JOSÉ TRINDADE BRANCO**, que aqui outorga na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do S. Jorge da Beira, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais – RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, adiante designado por segundo contraente.

Considerando que:

- 1- O Município da Covilhã tem competências, ao abrigo do artigo 23.º do RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito do planeamento, da gestão e da realização de investimentos nos domínios do equipamento rural e urbano, da ação social, tempos livres e desporto.

Praça do Município • 6200-151 Covilhã • Tel.: 275 330 600 • Fax: 275 330 633 • info@cm-covilha.pt

segurança.



- b) Dar imediato conhecimento ao primeiro contraente de factos que possam implicar uma deterioração ou mau funcionamento do espaço e equipamentos.
 - c) Não efetuar qualquer tipo de obras de adaptações ou outras, sem prévia análise e autorização do primeiro contraente.
- 2- O segundo contraente fica responsável por quaisquer danos que venham a resultar da utilização dos edifícios cedidos.

Cláusula 5.ª

(Deveres do Segundo Contraente)

O segundo contraente tem o dever de:

- a) Suportar as despesas referentes à instalação de contadores e dos consumos de eletricidade, água, gás, comunicações, internet, segurança, seguro de conteúdos, seguro de responsabilidade civil, recarregamento de extintores de pó químico, et cetera.
- b) Colaborar na organização e participação de iniciativas de índole municipal.

Cláusula 6.ª

(Deveres do Município da Covilhã)

O Município da Covilhã tem o dever de colaborar na manutenção e conservação dos prédios cedidos, identificados na 1.ª cláusula.

Cláusula 7.ª

(Cedência)

O segundo contraente poderá ceder as instalações a entidades/associações ou grupos de moradores, para prosseguimento de fins estatutários ou de interesse público.



Câmara Municipal da Covilhã

Cláusula 8.ª

(Benfeitorias)

Todas as benfeitorias efetuadas nos prédios revertem para o Município da Covilhã, não havendo lugar a qualquer indemnização, quando o segundo contraente entregar o prédio objeto do presente protocolo.

Cláusula 9.ª

(Incumprimento)

1 – O incumprimento de qualquer das obrigações constantes do presente Protocolo confere ao primeiro contraente o direito à sua resolução e a ordenar a desocupação dos prédios cedidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da notificação por escrito para o efeito.

2 – O encerramento ou a não utilização das instalações para os fins constantes do presente Protocolo, sem justificação escrita fundamentada e aceite pelo primeiro contraente confere-lhe o direito de resolver o presente Protocolo e de ordenar a desocupação dos prédios cedidos.

Cláusula 10.ª

(Fiscalização da Cedência de Instalações e da Colaboração)

1 – Compete aos serviços municipais fiscalizar a execução do presente protocolo, podendo realizar para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.

2 – O segundo contraente deve prestar ao Município da Covilhã todas as informações por este solicitadas, no âmbito da execução do protocolo.

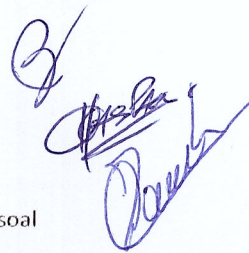
Cláusula 11.ª

(Sigilo de Informação)

Além de outros decorrentes do estatuído nestas normas e na legislação subsidiariamente aplicável, é dever das partes garantir o sigilo quanto às informações,



elementos, documentos ou outros dados que os seus dirigentes, técnicos ou pessoal envolvido nos trabalhos venham a ter conhecimento em contactos com as atividades.



Cláusula 12.ª

(Alterações ou Adaptações)

Qualquer alteração ou adaptação dos termos previstos neste protocolo carece de prévio acordo escrito dos representados dos contraentes e com expressa menção das cláusulas suprimidas, alteradas ou aditadas.

Cláusula 13.ª

(Resolução por Falta de Objeto)

O presente protocolo cessa quando, por falta não imputável às partes, se torne objetivamente impossível realizar o seu objeto.

Cláusula 14.ª

(Denúncia)

A denúncia do protocolo poderá ser efetuada por qualquer das partes, carecendo de comunicação antecipada e por escrito, no prazo mínimo de 6 (seis) meses.

Cláusula 15.ª

(Aprovação nos Órgãos Competentes)

Os termos do presente Protocolo foram objeto de deliberações da Câmara Municipal da Covilhã, tomada na sua reunião de 19/05/2017, conforme alínea u), n.º 1, artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

(Legislação Aplicável)

A disciplina do presente protocolo em tudo o que não se encontra regulado nas cláusulas anteriores, será regulada pelo Regime Jurídico do Comodato fixado pelo Código Civil.

11.Cedência de máquina de filmar

A Junta de Freguesia, por decisão tomada em 23/06/2017, deliberou por unanimidade ceder por empréstimo , ao Senhor Francisco José Dias Pereira e por prazo não determinado a máquina de filmar marca CANON Legria HFR806, com a finalidade de poder recolher imagens de eventos realizados em S. Jorge da Beira e suas povoações e difundi-las através das redes sociais para conhecimento de todos os Sanjorgense residentes no País ou no estrangeiro.

Aprovação de toda a acta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada esta reunião pelas 18h00, da qual se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada, irá ser assinada nos termos legais por todos os presentes.

O Presidente

A Secretaria

O Tesoureiro

Jose de Sousa de Beira
Julia Narciso Combe
HORACIO GONCALVES GASPAR